

ENCONTRO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA¹

NILSON VITAL NAVES*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e
Diretor-Geral da Enfam*

Como Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, quero, inicialmente, expressar meu contentamento de participar do “Encontro Nacional das Escolas de Magistratura”, sobretudo porque a proposta de convergência do Judiciário brasileiro revela-se proveitosa e de todo significativa para quantos se preocupam, como nós, com as questões do Direito e com a organização e funcionamento do nosso Poder. O meu convencimento, e creio não me achar em erro, é o de que a ampliação do diálogo entre os segmentos do Judiciário nos levará a estreitar relações e a estabelecer outras para empreendermos ações de grande alcance na administração da Justiça.

Por falar nisso, creio que comungamos, os Senhores e eu, no entendimento de que a nossa magistratura tem feição unitária e caráter nacional. Noutras palavras, o Poder Judiciário é a totalidade dos órgãos do Estado. Conquanto estejamos numa federação – vale a lembrança do respeitável Castro Nunes –, o Judiciário não é nem federal nem estadual, é eminentemente nacional, ainda que os órgãos instituídos possam trazer a marca dessa distinção. Poder-se-ia até argumentar: mas não há diversidade de “Justiças”, isto é, Federal, Estadual, Militar, Trabalhista, Eleitoral! Ora, se alguma divisão da estrutura judiciária brasileira existe – em “Justiças”, como dizemos comumente –, isso ocorre, evidentemente, é o que sabemos todos, apenas quanto à repartição do trabalho, que haverá de ter sempre a mesma natureza. Dessa forma, quer se manifestando nas

¹ Palavras proferidas no Encontro Nacional das Escolas de Magistratura, Brasília, 19.10.07.

jurisdições federal e estadual, quer na Justiça comum ou especializada, quer decidindo em superior ou inferior instância, o Poder Judiciário é uno – assim como uma é a sua função –, daí não comportar divisões.

Se dúvidas acerca dessa unicidade já houve – em razão de isolamento, até, quem sabe, de ressentimento histórico –, hoje não mais as temos. Em boa verdade, pelo menos é o que ando entendendo, esse divórcio não mais subsiste, pois o aumento das exigências da prestação jurisdicional tem-nos feito tomar o rumo dialógico na busca do aperfeiçoamento.

É por essa e por outras razões que, não comungando das vozes que falam em falência do Judiciário, enxergo, com fecunda expectativa, o atual momento da magistratura brasileira, de parceria em todos os âmbitos. Aliás, esse haverá de ser o caminho, devendo, sem dúvida, sê-lo, que encontraremos para falar a mesma linguagem em termos de justiça. É certo que ainda precisamos avançar: seja quebrando paradigmas, seja, às vezes, abrindo mão de convicções, seja, finalmente, decidindo mudar. O que não podemos negligenciar é a continuidade desse debate democrático. Dela, nisso haveremos todos de convir, dependerá a saúde da magistratura nacional. Emerge, com evidência, o desafio para a comunidade jurídica de pensar no futuro com os olhos voltados para a parceria e com os ouvidos abertos ao diálogo – quem tem ouvidos ouça o imperativo dos novos tempos!

Daí a atuação – fundamental, diria eu – da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que nasceu com a função institucional e constitucional de regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura.

Recentemente vieram a lume suas duas primeiras resoluções: uma dispondo sobre o curso de formação para ingresso na magistratura; outra, acerca dos cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção. Tivemos, desde os primeiros trabalhos de implementação,

meses de estudo e de cuidadosa discussão. Debruçamo-nos sobre os textos constitucionais e resolução que determinaram a instalação da Enfam; neles nos detivemos, e o fizemos a fim de dar-lhes a melhor das interpretações. Sabem por que tanta cautela? Porque a nós cabia, preservando os princípios da Enfam e respeitando a autonomia das escolas na organização dos cursos – isto é, possibilitando a observância das peculiaridades de cada Estado, cujas escolas poderão, é claro, melhor examinar a situação e as exigências locais –, fixar diretrizes para a formação e aperfeiçoamento do magistrado, permitindo-lhe eficaz preparação desde o momento da seleção até a última promoção.

A propósito, antes de serem editadas as nossas resoluções, as redações foram submetidas a debate na reunião das escolas da magistratura promovida pela Enfam em 10 de agosto último. Ali acatamos sugestões viáveis, incorporadas ao texto definitivo.

Embora já seja do conhecimento de todos o teor daquelas normas, quero, todavia, porque entendo seminal a recordação, falar-lhes, em breves palavras, acerca do que dispõem as nossas resoluções. Na realização do curso de formação para ingresso na carreira, que haverá de ser a etapa final do concurso para seleção de magistrados, teremos o imprescindível apoio dos Tribunais Regionais e dos Tribunais de Justiça por intermédio das respectivas escolas da magistratura. Fixamos um currículo mínimo e estabelecemos o período de 4 meses para a execução, tempo durante o qual o candidato será imerso em situações da atividade judicante, inclusive no que diz respeito à conciliação, audiências e elaboração de sentenças, devendo ser continuamente avaliado por equipe multidisciplinar. A metodologia dará ênfase à formação humanística e pragmática do candidato, o qual fará jus, em razão da sua dedicação integral, a uma bolsa não inferior a 50% da remuneração do cargo inicial da carreira. Vejam que a nossa meta, e isso quero deixar bem claro, é que o novo juiz, ao iniciar as atividades judicantes, já esteja bem sintonizado com a Justiça.

Para a organização e execução dos cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção, contaremos com a colaboração, no âmbito federal, dos Regionais Federais por intermédio das respectivas escolas e do Conselho da Justiça Federal por meio do Centro de Estudos Judiciários; no âmbito estadual, dos Tribunais de Justiça também mediante as respectivas escolas da magistratura. O objetivo maior desses cursos é aprimorar, vejam, aqueles realmente vocacionados, promovendo-lhes a reciclagem nas etapas seguintes ao ingresso na carreira. Por meio de aulas, teóricas e práticas, seminários e outros eventos, presenciais e a distância, os cursos permitirão atualização contínua dando ênfase também aos aspectos humanísticos, à ética e à deontologia do magistrado, bem como à administração judiciária, à gestão administrativa e de pessoal. Em suma, nossa proposta é criar uma cultura – boa, salutar, diria eu – de educação continuada do magistrado.

Considero, pois, um grande passo em direção ao nosso ideal, a saber, ver, naqueles que a Escola continuamente aperfeiçoará nas diversas matérias, magistrados que, em todas as circunstâncias, de maneira intangível, velem pela boa interpretação e melhor aplicação da lei e pela proteção das liberdades individuais.

Como não queremos perder de vista esse ideal, daremos início a uma série de visitas às escolas da magistratura deste Brasil afora com o intuito de conhecer e avaliar suas necessidades e, assim, poderemos estudar os meios de apoiá-las na execução das citadas resoluções.

É nesse ponto que esperamos tenha a nossa magistratura harmoniosa voz, bem ajustado corpo, ligado mediante a adequada operação de cada parte que o compõe, e a correspondente alma. Uma magistratura da qual nos orgulharemos de ser a pedra angular do Judiciário com que sonhamos, forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante; um Judiciário soberano e, em qualquer circunstância,

inabalável; um Judiciário indestrutível, garantidor, por isso mesmo, do Estado democrático de direito.

Com isso, ganhará a Justiça – vocação e destino nosso e esperança dos jurisdicionados.